

O Brasil que queremos depende do nosso voto

Dois projetos distintos de Brasil estão em disputa na eleição deste ano: o do desenvolvimento econômico e social voltado prioritariamente para beneficiar as camadas mais carentes da população; e o de perpetuar as benesses para o capital financeiro e a elite dominante, iniciado na ditadura militar, ainda em 1964, e que perdurou por quase 40 anos.

Virou lugar comum os candidatos falarem de educação, saúde, segurança, emprego, melhores salários etc., bandeiras estas que os progressistas, entidades sindicais, intelectuais brasileiros e tantos outros carregaram durante décadas. São as mesmas bandeiras que a elite deixou de encaminhar quando esteve no poder, mas que de uns tempos pra cá tenta se apropriar com fins meramente eleitorais.

Cabe a nós, trabalhadores, deixarmos bem claro que temos consciência de que lado estamos, que não seremos enganados pelo discurso fácil. De que sabemos a diferença entre o Brasil que estamos construindo e o Brasil que querem destruir, deixando-o a mercê do capital financeiro e das multinacionais.

O Brasil que vamos eleger reconhece os que sempre estiveram na luta em prol dos trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho para todos os brasileiros. É o Brasil que distingue quem luta pela educação daqueles que, apesar de estarem ligados à educação, sempre prestaram desserviços aos professores, alunos e comunidade escolar.

Conclamamos todas as professoras e todos os professores a fazerem do voto uma arma na construção de um Brasil dos trabalhadores, que eleja a educação como prioridade.

A sociedade mais desigual do mundo

“A educação não só reflete a organização socioeconômica da sociedade, como no período recente tem sido um dos vetores do processo de ampliação das desigualdades no mundo”. A afirmação é do sociólogo e professor do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e articulista da revista Carta Maior, Emir Sader, em palestra realizada no final do mês passado.

Segundo ele, “a força dos Estados Unidos não é militar, mas sim cultural e ideológica. Para Sader, entender a difusão da ideologia dominante na sociedade significa expandir a noção de educação para além da sala de aula, incluindo também os meios de comunicação. “Os valores hoje chegam pela mídia para toda a população. E estes valores multiplicam a ideologia mercantilista que marca o neoliberalismo”.

Essas considerações do sociólogo levam-no a afirmar que a América Latina foi o continente que apresentou maior índice de desenvolvimento durante o século XX e, no entanto, reverteu este avanço na sociedade mais desigual do mundo”. Para ele, a América Latina é um exemplo das consequências do avanço do neoliberalismo sobre o globo nos últimos

anos.

Na opinião de Sader, o modelo de crescimento atual concentra renda e é efetivado por um processo gradual de esvaziamento do papel do Estado e sua capacidade de governar interna e externamente. “Aumentou a tutela internacional constante de instituições financeiras sobre os Estados nacionais e estes próprios assumiram a lógica de seu papel mínimo para os pobres e máximo para o capital financeiro”.

Ele questiona a política que esse modelo econômico acaba gerando e pergunta: “mas para que serve a democracia se não há igualdade econômica e de direitos?”. O professor evidenciou um processo de esvaziamento da democracia no processo de mercantilização da vida, “num mundo onde tudo é mercadoria”.

Sem participação, completou, “há aumento no fosso entre governantes e governados. E o neoliberalismo atuou no segundo caminho, acabando com a esfera pública e estabelecendo uma polarização entre o estatal e o mercantil. O Estado é um espaço de disputa entre o público e o mercantil. Seu braço direito são aqueles que buscam sua privatização e o esquerdo é formado por aqueles que buscam a universalização dos direitos”.



Historicamente são dois projetos em disputa

Getúlio Vargas foi o presidente da República que mudou o Brasil colonial para um país industrial. Ao por fim a República café com leite, introduziu em nosso país as bases da industrialização, das grandes empresas nacionais, como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, as conquistas trabalhistas, os sindicatos, ainda que na época atrelados ao Estado.

Sem dúvida nenhuma, em seu primeiro período na Presidência da República, o chamado Estado Novo, cometeu erros imperdoáveis, dos quais o mais famoso foi a extradição de Olga Benário, mas ainda assim foi o responsável pelo fim do ciclo dos coronéis, pela nacionalização da economia e pela implementação do seu parque produtivo, criando as bases para deixarmos de ser um país meramente exportador de matéria-prima e nos transformarmos em uma potência industrial.

Não foi à toa que a direita – o abominável Carlos Lacerda foi seu protagonista – tanto fez que acabou levando o presidente ao suicídio: queriam assegurar os espaços das multinacionais em nosso país, contestavam os direitos dos trabalhadores, não admitiam que deixássemos de ser o eterno galinheiro e fornecer ovos de ouro para o mandante de plantão.

Desde aquela época estão

em jogo dois projetos políticos de Brasil: um nacional, autônomo, desenvolvimentista; e outro retrógrado, conservador, aliado do capital financeiro internacional.

Tanto isso é fato que entre as primeiras medidas da ditadura, após o golpe de 31 de março de 1964, foi o restabeleci-

mento do envio de royalties para o exterior, a garantia da remessa de lucro para as multinacionais e o fim da estabilidade de emprego, que foi assegurada durante anos para os trabalhadores, mas foi substituída pelo Fundo de Garantia, um arremedo de direito que cassou uma verdadeira garantia que os trabalhadores haviam conquistado.

Há poucos anos uma renomada personalidade de nosso

país anunciou o fim da era Vargas. No ano passado, outro queria decretar o fim de “uma raça”. Queriam, dessa forma, afirmar que haviam vencido a disputa, que o projeto de retirar direitos dos trabalhadores, de acabar com as empresas estatais, de destruir a economia nacional era, enfim, vitorioso.

Apesar da venda das estatais de telefonia – por preços absurdamente irrisórios, em um processo nebuloso – da vergonha que foi o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com mais de 100 contestações judiciais, da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional e de tantas outras empresas estatais, patrimônio de todo o nosso povo e que jamais poderiam ter sido aviltadas por um aventureiro de plantão – o Estado e o povo brasileiro soberam dar um BASTA em tanta vergonha e asseguraram a Petrobrás, o Banco

do Brasil e tantas outras empresas eminentemente nacionais e estatais, garantias de que a luta continua, que não permitiremos que entreguem nosso patrimônio ao capital internacional.

São esses dois projetos, antagonísticos em si, que estão novamente em disputa nessas eleições. Pense e seja consciente. Nós temos o nosso lado, a elite tem o dela. Não se deixe enganar por falsas promessas.

A participação nas lutas dos trabalhadores é requisito para merecer a nossa confiança, como no caso do Plano de Carreira, em 2004

O voto deve ser em quem está na luta

Muitos são os candidatos e várias as propostas, o que dificulta a escolha. A sugestão que apresentamos é de que o voto das professoras e dos professores seja naqueles que sempre estiveram presentes nas lutas dos trabalhadores, com destaque para aqueles(as) que se dedicaram e se dedicam a lutar por melhorias para a nossa categoria e para a educação.

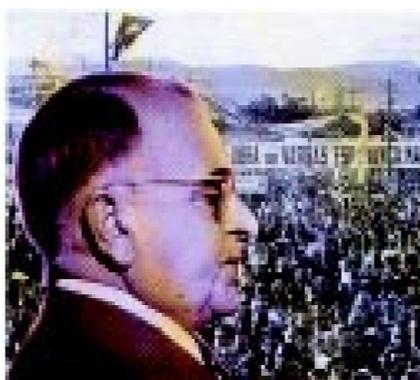
Brasília viveu a luta por sua autonomia durante os anos 80, já após o fim da ditadura militar, quando lutamos para que os governantes do DF não fossem mais indicados pelo presidente da República. Infelizmente, entretanto, um pequeno grupo, desde aquela época, procura se apropriar da política em Brasília, em particular das melhorias realizadas, todas com recursos públicos, portanto com nosso dinheiro e com recursos do governo federal. Não são benesses de alguns governantes de plantão, mas sim o cumprimento de suas obrigações, que em grande maioria foram feitas apenas em parte, já que de uma forma em geral a universalização e a melhoria dos serviços públicos foram deixados de lado por este grupo.

Nós, professoras e professores, já enfrentamos diversas situações nas quais os governantes assumiram compromissos e não os cumpriram. Da mesma maneira, sabemos quantas greves tivemos que realizar para garantir nossos direitos e ampliar nossas conquistas. Recentemente, quando da discussão do Plano de Carreira na Câmara Distrital, vimos a base governista romper o acordo e não aprovar as emendas que encaminhamos, todas aprovadas em assembleia e encaminhadas pela oposição que, minoritária, não conseguiu aprová-las. Agora, temos vários pontos do Plano de Saúde dependendo da mesma Câmara, que ainda não o apreciou.

Diante disso sugerimos às companheiras e aos companheiros que empreguem suas forças na eleição dos candidatos progressistas, que têm história de luta e efetivo compromisso com os trabalhadores e com a educação.

Debate de candidatas ao GDF é cancelado

O debate que o Sinpro promoveria com os candidatas ao governo local, marcado para o dia 22 de setembro foi cancelado porque um candidato afirmou que estaria impossibilitado de comparecer. Como a assembleia tinha deliberado que o debate só ocorreria se todos os candidatos confirmassem presença, não restou outra alternativa. De qualquer forma o Sinpro continua aberto para discutir a pauta dos educadores com todos os candidatos que se interessarem, que é pública. Esperamos, ainda assim, que os candidatos atendam nossas principais reivindicações: reformulação do Plano de Carreira, Plano de Saúde, Plano de Moradia, gestão democrática.



O Presidente Getúlio Vargas assinou o documento de criação do salário mínimo em 1º de maio de 1940. Ao ser instituído, o salário mínimo cobria as despesas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Hoje, está sendo recuperado

EDITORIAL

Ética, Eleição, o Futuro do Brasil e de Brasília - Uma Questão de Educação -

Carlos Ramos Mota

Finda a Copa do Mundo de Futebol, para nós brasileiros/as, com muitas expectativas não realizadas, o que se anuncia no horizonte são as eleições de outubro.

Estando diante da possibilidade de avançar nas transformações por um país e uma Brasília melhor, com mais justiça social e ética presente na atitude cotidiana de eleitores e eleitos ou, pelo contrário, a partir do voto pouco refletido, ampliar a distância entre a realidade vivida e os sonhos desejados.

Nas eleições que se aproximam o discurso sobre "ética" estará no centro dos debates. Alguns organizarão os discursos como se "ética" fosse um conceito sem vínculo com a realidade concreta dos cidadãos e cidadãs. Aparentarão a "ética" como um espectro que ronda as esferas políticas e a enxergarão nos feitos dos candidatos/as aos diferentes cargos em disputa.

É claro que a "ética" deve ser um domínio comum a todos/as que se engajam nas lutas por um Brasil cada vez melhor. Mas, a ética capaz de avançar nas transformações que o país e a cidade necessitam estará presente na atitude de cada um e cada uma, ao discernir entre o "certo" e o "errado", entre o que cada um e cada uma consideram como "bem" ou "mal", parasi para o próximo.

Quando penso no ser-

viço público federal, me pergunto: nesses últimos anos as atitudes dos políticos em quem votei me permitem avaliar se estamos no caminho certo ou no caminho errado? O fato de, no Brasil de hoje, convivermos com reajustes salariais acima da inflação; com um poder de compra (inclusive de crédito) nunca visto na história brasileira; a recuperação de órgãos públicos e a recomposição de quadros de gestão do Estado; representa um bem ou um mal para a maioria da população?

Hoje, quando penso na cidade em que vivo, me questiono: como os benefícios dessa reorganização do Estado; do aumento de produtividade; do emprego; dos índices de melhoria da qualidade de vida; se refletem em meu cotidiano? Por que, muitas vezes, me confunde a percepção de que algo melhor ocorre geral e a sensação de insegurança que me aflige no particular? Que atitude me cabe diante da violência que me agride ou que atinge pessoas que não conheço? Como contribuir para que escolas, hospitais e os transportes em minha cidade melhorem e assim melhore, igualmente, minha sensação particular de segurança?

Refletir com ética sobre as eleições que se aproximam é imaginar que, mais uma vez, diante da representação de poder que um voto em uma urna significa. Mais uma vez, nos vemos diante de um dilema ético que atinge a todos, mas que começa em cada um de nós. Optaremos por uma atitude ética a partir de nosso senso ético?

Afinal, meu voto significará, avanço em direção ao que é certo ou um retrocesso em direção se configurava como um erro?

Já aprendemos que ninguém nasce com senso ético. As pessoas se tornam éticas. Ética se aprende em casa, no trabalho, nas ruas e, sobretudo, nas escolas. Cobrar o valor ético dos políticos é necessário, porém, cabe a cada cidadão/ã uma atitude ética no cotidiano das práticas e das relações sociais.

Assim, antes de depositar seu voto nas próximas eleições, pergunte-se e ao seu escolhido como, ele ou ela, pretende contribuir para que a Educação na cidade e no país seja uma estratégia para o desenvolvimento e a segurança de todos. No caso do Distrito Federal é notório que a Câmara Legislativa precisa da Educação.

1 Professor de História. Mestre em Educação pela FE/UnB. Atua no CEFLO/Sobradinho e é docente das áreas de Currículo e Diversidade Cultural, Fundamentos da Organização do Trabalho Educativo, Organização do Sistema Educacional Brasileiro, Educação Contemporânea e Realidade Brasileira, em curso de graduação e pós-graduação. Realiza consultorias para o MEC e FAO. Foi Diretor do Departamento de Pedagogia da extinta FEDF, Coordenador, Tutor e Mediador no Curso PIE/FE/UnB em convênio com a SEEDF. É professor sindicalizado.

O Brasil que queremos

Muita coisa estará em jogo nas eleições de 2006. O País decidirá se quer a continuidade e o aprofundamento de um projeto de esquerda ou se retornará com o projeto neoliberal. Será possível constatar, além disso, se a democracia brasileira comportará uma rotatividade no poder mais substantiva ou se continuará sendo um mero revezamento de segmentos das elites no governo. E, finalmente, os resultados nas eleições

definirão os rumos do Brasil na política externa, como um País protagonista da integração latino-americana ou como satélite da política dos Estados Unidos na região.

Uma questão fundamental que demarca a esquerda e a direita neste momento histórico é a concepção de Estado. O neoliberalismo prega uma reforma radical do Estado, com a privatização das estatais estratégicas ao desenvolvimen-

to; com a privatização também dos serviços públicos (previdência, saúde e educação); com ações para que o Estado não se intrometa mais nas relações de trabalho. Nestas questões relevantes, existem sim importantes diferenças entre o atual governo e o governo anterior. Na verdade, a concepção de Estado é a questão mais importante que estará em disputa nas eleições de 2006.

Algumas reflexões:

As eleições estão bem próximas e é preciso refletir sobre o papel do educador neste momento tão importante

1- Os nossos alunos votam conscientemente, analisando a história dos candidatos, suas coligações e partidos ou votam por interesses pessoais?

2- Nós discutimos o exercício da cidadania através das eleições, orientando nossos alunos para a importância do voto?

3- Você professora, você professor, como vai participar destas eleições?

4- Vai apenas votar, ou vai tentar influir nos rumos que o país e o DF vão tomar?

5- Você não acha que pode fazer mais pela educação e pelo nosso povo, participando efetivamente deste momento?

6- O resultado destas eleições refletirá sobre a valorização do nosso trabalho e sobre a qualidade do ensino

público. O que podemos fazer para reverter o caos em que estamos inseridos?

7- Será que os que governam o DF há tantos anos irão agora resolver os enormes problemas da educação?

8- Será que irão defender a gestão democrática? A valorização dos profissionais da Educação? Melhorar as condições de trabalho? Reduzir o número de alunos em sala de aula?

9- Será que candidatos ligados aos donos de escolas privadas irão resolver nossos problemas e defender uma Educação Pública de qualidade?

10- Um candidato desonesto que fraudar e mente diante da nação, agirá com honestidade e lisura se por acaso se eleger governador do DF?

11- Você acredita que os candidatos ao GDF, historicamente ligados, inclusive promovendo o

achamento salarial dos educadores, estão de fato separados neste pleito?

12- Nas votações na Câmara legislativa do nosso Plano de Carreira tínhamos um placar desfavorável de 16 votos para o governo e oito para os professores, em todas as votações. Você sabe quem estava do nosso lado e quem estava contra?

13- O educador é importante, o educador não se omite. Nosso papel é de formador de opinião, nós não somos apenas um voto, ainda somos modelo para a nossa comunidade. Neste importante momento eleitoral, o que você está fazendo para merecer estas afirmações?

José Raimundo Oliveira
Diretor do Sinpro

Planaltina: sindicâncias são suspensas graças a ação do Sinpro e resistência da categoria

Grças à mobilização da categoria, as direções das escolas de Planaltina decidiram suspender todas as sindicâncias que foram abertas contra os docentes daquela Regional de Ensino. Foi uma vitória da luta dos professores, que desde o início se uniram em defesa dos colegas atingidos pelo autoritarismo. A assembleia regional realizada no dia 14, (foto) em frente à Regional, mostrou às direções que os professores estariam dispostos a paralisar suas atividades, caso essas medidas autoritárias não fossem revistas.

De acordo com o diretor do Sinpro, Misael Barreto, os problemas começaram porque as direções de cinco escolas da cidade exigiam que, além de cumprirem as cinco horas em sala, os docentes deveriam substituir os colegas que estão afastados por atestado médico, abo-

nos ou folgas. "Isso não pode ser feito. É um acordo da categoria. Eles querem que o professor substitua no horário da coordenação pedagógica, que é quando ele prepara suas aulas e provas", critica.

Misael lembra que em outras escolas foram negociadas alternativas para que os professores possam cumprir a portaria nº 30 sem comprometer o horário de coordenação. "Mas os diretores dessas escolas (Escola Classe 03, 11, 14, do Centro de Ensino Fundamental JK e Casa de Vivência) preferiram apostar no confronto e na intimidação e isso não aceitamos", afirmou ele.

Para se ter uma idéia do tipo de relação que eles estabeleceram com os docentes, basta dizer que o diretor da EC 14 gravava a assembleia dos professores por uma das janelas

da Regional. Ao constatar o fato, a Diretora do Sinpro, Berenice Darc, "afirmou que os professores não tinham medo de mostrar a cara e lutar por seus direitos, ao contrário de alguns que traem a categoria para se manterem em cargos comissionados."

Mais uma vez reiteramos a orientação de que não se deve substituir em horário de coordenação, porque isso compromete o processo educacional. Continuaremos atentos, e qualquer tipo de atitude que possa ser caracterizada como perseguição aos professores será respondida à altura pela categoria.



Welber Souza

Ação da Diretoria e mobilização da categoria fundamentais para dobrar a intransigência da Regional de Ensino de Planaltina

Uma avaliação do Plano de Saúde

A direção do Sinpro recomenda a avaliação do Plano que foi uma conquista de nossas lutas, e, ao mesmo tempo o engajamento de todos para aperfeiçoá-lo

Muitos professores indagam se vale a pena, se devem ou não permanecer no Plano de Saúde, preocupados em saber se ele dará certo ou não. Para que o professor tome a melhor decisão é importante que avalie as seguintes questões:

- A conquista do plano de saúde foi resultado da luta dos professores. Fomos nós que fizemos greve e mobilização para conquistar esse benefício, que foi estendido a todos os servidores do GDF.

- O plano de saúde poderia ser melhor se o GDF fosse sensível e ouvisse nossos argumentos e aceitasse as nossas ponderações, e se na Câmara Legislativa, casa que aprecia, analisa e vota as Leis do DF, tivéssemos

maioria dos parlamentares comprometida com a educação pública de qualidade.

- Se a categoria pressionar, atendendo ao chamado do Sindicato para a luta, podemos conseguir que os parlamentares votem os temas de nosso interesse.

- Acreditamos que, havendo gestão honesta, transparente e rigorosa, o plano se consolidará no mercado, pois o público que ele atenderá é numeroso.

Por tudo isso é que o Sinpro recomenda a tranquilidade e reflexão para aderir ao Plano, que foi uma conquista de nossas lutas e ao mesmo tempo o engajamento de todos para aperfeiçoá-lo. Conheça o plano, analise-o, compare com outros

existentes no mercado.

O plano é uma conquista nossa, da nossa luta. Agora, devemos partir para melhorá-lo e, principalmente, ampliar os direitos, diminuir o valor da mensalidade, garantir os pais como dependentes etc. Para isso precisamos de um novo Executivo e um Legislativo que tenham como maioria parlamentares comprometidos com trabalhadores.

Para finalizar, esclarecemos que, antes do efetivo funcionamento do Plano, previsto para novembro, não será feita nenhuma cobrança de mensalidade. Qualquer dúvida, entre em contato com o Sindicato. Mais detalhes na página 4.

**14 DE OUTUBRO
BAILE DO PROFESSOR**
*Venha alegrar a festa
e dançar até o dia raiar*

Para comemorar nosso dia, realizaremos o tradicional **BAILE DO PROFESSOR** no dia 14 de outubro, a partir de 22h, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Cada professora e cada professor tem direito a dois convites. Os convites são individuais e estão à disposição na Sede e nas Subsedes do Sinpro em Taguatinga, Gama e Planaltina. Para pegar os convites **basta apresentar o contracheque do mês de agosto.**

Por que voltamos para o Pavilhão do Parque? Porque é o único local do DF que tem espaço suficiente para receber as companheiras e companheiros e seus/suas acompanhantes sem transtorno e sem as restrições, que ocorreram no ano passado, quando realizamos o baile no Marina Hall, local mais bonito, mas que comporta, no máximo, 10 mil pessoas. Por isso, os convites foram limitados e muitos professores não puderam comparecer.

Queremos todo mundo feliz, dançando com alegria e disposição até o dia clarear, ao som da Banda Edição Extra e do forró cerrado do Grupo Caco de Cuia. Afinal, merecemos esse dia de confraternização e solidariedade.

Endereços para pegar os convites:

Sede: **SIG, Q 06, Lotes 2260 – Brasília, tel: 3343.4204**

SUBSEDES:

Taguatinga: **CNB 4, Lote 3, LOJA 1, tel: 3562.4856**

Gama: **SCC, Bloco 3, Lote 21/39, tel: 3556.9105**

Planaltina: **Av. Independência, Q 5, Lote 18, Vila Vicentina, tel: 3388-5144**

ARTIGO

Nossa História, Nossas Lutas

– Plano de Saúde, Plano de Carreira – E o nosso Futuro?

Desde a greve de 2005, quando negociamos com o GDF reivindicações fundamentais para garantir melhoria na qualidade de nossas vidas, entre elas, a reestruturação do atual Plano de Carreira para melhorar nossos salários e a garantia de um Plano de Saúde para atender nossas necessidades relativas à saúde e às doenças, que acometem nossa categoria muito mais do que outras categorias, pelas características da função que desempenhamos e pelas próprias características da profissão que exercemos. Exigimos de nosso organismo esforços enormes para garantir a qualidade que a educação pública tem no DF, diante das condições de trabalho e condições salariais e de tratamento que o GDF, autoritariamente, nos impõe.

A reestruturação do Plano de Carreira continua a passos de tartaruga, apesar dos esforços e de nossas lutas.

O Plano de Saúde, enfim saiu da mesa de negociação e se transforma em realidade a partir da publicação

no Diário Oficial do DF, no dia 11 de setembro de 2006, do decreto nº 27.231, que aprova o Regulamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde do Distrito Federal, o GDF Saúde – DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, na forma do anexo deste e constante da Resolução nº 01, de 6 de setembro de 2006, do Conselho de Administração do INAS – **Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal.**

Temos consciência de que este Plano poderia ser melhor, assim como o Plano de Carreira. A Diretoria Colegiada do Sindicato fez o possível e quase o impossível para melhorá-lo. A categoria tem conhecimento do esforço, principalmente as professoras e professores que atenderam nosso chamado e participaram das diversas atividades da luta, como as assembleias gerais com redução e ou compactação de horário, das paralisações, dos acampamentos em frente à Câmara Legislativa para pressionar os parlamentares etc.

Mas, infelizmente, apesar de nossa vontade e necessidade de ter Planos melhores, estaremos nas votações da Câmara Legislativa. Nossas pro-

postas para melhorar os Projetos que o GDF apresentou aos deputados e deputadas da casa foram barrados, derrubados nas votações. Isto porque são os parlamentares da Câmara que votam as Leis que determinam nossas vidas aqui no DF. Geralmente eles votam as Leis apresentadas pelo Executivo. E os textos dos projetos de Lei do Plano de Carreira e de Saúde foram apresentados pelo GDF.

Lembram-se que a categoria, através do Sindicato negociou, em mais de 30 encontros com o GDF, um texto para o Plano de Carreira que atendia nossas necessidades. Concluídas as negociações, o GDF, traiçoeira e autoritariamente, engavetou o texto e apresentou outro tirado das cabeças das assessorias da SEE-DF e SGA-DF, e resultou este que temos e que nos dedica um tratamento discriminatório com relação às outras categorias que têm a mesma formação que a nossa.

Mesmo assim, apresentamos ao monstro do GDF, 35 emendas que melhorariam o Plano de Carreira. Delas, apenas duas foram aprovadas pelos deputados e deputadas, e uma das aprovadas, foi vetada pelo Governador

Roriz. Infelizmente, naquele casa que aprova as Leis que regem nossas vidas, só temos, na atual legislatura, 6(seis) parlamentares, em 24 (vinte e quatro) que apoiaram e votaram favoravelmente as propostas do Sindicato para melhorar o Plano de Carreira. O rolo compressor, base de sustentação do GDF, derrotou nossas propostas e atrapalhou nossas vidas, nos impedindo de ter melhores salários, melhores condições de trabalho, respeito, democracia, escola pública de qualidade...

PODEMOS MUDAR ESTA REALIDADE?

Sim, podemos. Está em nossas mãos, com nossos votos mudar essa triste realidade. É inadmissível continuarmos sobrevivendo no DF com uma Câmara Legislativa que abriga personagens de quem se tem dúvidas cruéis sobre o caráter e certezas sobre o comportamento e atuação anti-democrática, contra os trabalhadores, os educadores, a educação pública, os interesses da maioria do povo. Uma Câmara que encontra uma maioria que legisla olhando para seus interesses particulares e dos setores que representam: grileiros, invasores de terra pública,

alguns empresários, donos de escolas particulares, enganadores do povo, corruptos, inescrupulosos, mentirosos...

Precisamos eleger pessoas que nos representam, que conhecem nossa realidade e nosso sofrimento,, que sabem onde dói a nossa dor. Precisamos eleger pessoas que andaram e estão conosco sempre, em nossas lutas diárias e constantes, que escreveram conosco nossa história em defesa de escolas públicas de qualidade, de salários dignos para os trabalhadores, de democracia, de respeito.

Precisamos, enfim, de cumprir o papel mais dignificante de nossa profissão que é educar, alertar, direcionar, conscientizar, para o lado bom do ser humano, prezando os valores que nos diferenciam para melhor de outros seres.

Almejar mudanças e melhorias para a educação no DF, melhores salários, democracia nas escolas, condições de trabalho dignos, investimento e prioridade para a escola pública, respeito, passa obrigatoriamente pela opção que fizermos no dia 1º de outubro.

Vamos mudar, não há mistério nessa história,

um novo capítulo podemos e devemos escrevê-lo, para que nunca mais verbas destinadas à educação sejam desviadas para outros interesses e para a corrupção, deixando as escolas à mingua. Para que nossos direitos sejam respeitados, para que nossa auto-estima se recupere. Vamos juntos, de mãos dadas, em mais uma tarefa que a vida nos apresenta. Vamos votar com consciência porque temos o nosso lado na história: **o lado dos trabalhadores.** A elite inescrupulosa e insaciável tem o dela. Os paladinos da moral e da ética, de agora, nós conhecemos muito bem. E não nos iludimos com seus falsos discursos conjunturais, tão frágeis que não se sustentam, porque são ocasionais e aparecem de quatro em quatro anos.

Nós, nossas famílias, amigos, o Distrito Federal, nosso presente e nosso futuro merecem vida melhor.

Façamos nossa parte.

**Augusta
Diretora do Sinpro**

Conheça o Plano de Saúde

No dia 11 de setembro foi publicado no Diário Oficial do DF o Decreto nº 27.231, que aprova o regulamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde do DF. A partir de agora, temos as informações sobre como o tão esperado Plano de Saúde dos servidores do DF vai funcionar. Apresentamos a seguir as informações básicas sobre o Plano, para orientações iniciais aos professores. O mais breve possível publicaremos uma cartilha detalhando-o, inclusive sobre a rede credenciada que atenderá à categoria.

1) A assistência à saúde será prestada em regime de autogestão, compreendendo o atendimento ambulatorial e internações hospitalares com obstetrícia.

2) O atendimento será prestado pela rede credenciada composta por médicos, clínicas especializadas, hospitais e laboratórios localizados no DF e no Entorno.

3) Serão beneficiários titulares os servidores ativos e aposentados, os pensionistas, os ocupantes de cargos em comissão sem vínculo efetivo, os contratados temporariamente e os empregados públicos.

4) Poderão aderir ao Plano, na qualidade de dependentes dos beneficiários titulares:

A - Cônjuge ou companheiro (a), reconhecido na forma da Lei civil;

Filhos menores de 21 anos, filhos inválidos e filhos estudantes universitários até 24 anos;

B - Consideram-se os filhos de qualquer condição, inclusive os legalmente adotados;

C - Os enteados e os menores que, por determinação ou autorização judicial, vivam sob a guarda e sustento do beneficiário titular;

D - Para a inclusão como beneficiário dependente, a condição de companheiro (a) será comprovada mediante declaração expressa firmada com duas testemunhas, que atestem o pleno atendimento aos registros estabelecidos em Lei, ou ainda mediante decisão judicial transitada em julgado.

E - Os beneficiários de pensão serão automaticamente filiados ao Plano na condição de beneficiários sucessores, não podendo designar dependentes para inclusão no Plano.

5) Todos (as) professores (as) estarão automaticamente inscritos no Plano de Saúde.

A - A inscrição de dependente deverá ser feita pelo beneficiário titular, mediante preenchimento de termo de adesão que está a disposição nas Regionais de Ensino nas Cidades Satélites, na SEE/DF ou

no Portal do Servidor, na internet. Os órgãos que receberem os termos de adesão se responsabilizam pelo seu encaminhamento ao Plano de Saúde.

B - Os dependentes devem estar cadastrados no mesmo Plano e modalidade do titular, não podendo ocorrer inscrição isolada e individual de dependente.

O direito de desfiliação do beneficiário dar-se-á a qualquer tempo, desde que formalizada mediante requerimento junto ao Plano de Saúde. Para isto, devem manifestar-se, por escrito, por meio do Termo de Desfiliação que está à disposição na Sede da SEE/DF e nas Regionais de Ensino em cada Cidade Satélite. Esses órgãos receberão os termos de desfiliação e os encaminharão ao Plano de Saúde.

Cobertura do Plano de Saúde

São os eventos médicos e hospitalares reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina e atendem às seguintes coberturas:

- consultas médicas em clínicas básicas e especializadas;
- serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais;
- atendimentos caracterizados como de urgência e emergência que demandem atenção continuada;
- remoção, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência ou emergência;
- psicoterapia de crise, fonoaudiologia;
- procedimentos especiais como hemodiálise e diálise peritoneal;
- quimioterapia ambulatorial, radioterapia, hemoterapia ambulatorial;
- cirurgias oftalmológicas;
- coberturas de internações hospitalares em clínicas básicas e em centro de terapia intensiva ou similar;
- cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;
- cobertura de exa-

mes complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença, fornecimento de medicamentos, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia;

l) - cobertura de toda e qualquer taxa, materiais utilizados, remoção do (a) paciente;

m) - cobertura de despesas com acompanhante, no caso de pacientes menores de 18 anos e maiores de 60 anos;

n) - cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo, durante os primeiros 30 dias após o parto;

o) - internações em regime domiciliar, desde que indicadas pelo médico e aprovadas pelo Plano.

Transplante de rim e córnea

É assegurada a cobertura hospitalar de transplante de rim e córnea e as despesas necessárias à realização do transplante, incluindo:

A - as despesas assistenciais com doadores vivos, os medicamentos utilizados durante a internação;

B - o acompanhamento clínico pós-operatório e as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos.

Rede credenciada

A rede credenciada será composta por:

Primeiro nível - hospitais e clínicas especializadas, denominadas de Centros de Captação e Orientação que deverão atender o beneficiário e, se necessário, orientá-lo e encaminhá-lo a outros prestadores da rede credenciada.

Segundo nível - denominado rede tipo 1 - hospitais e clínicas especializadas, centros médicos e laboratórios.

Terceiro nível - denominado rede tipo 2 - hospitais de grande porte, policlínicas, centros médicos e laboratórios.

Contribuição mensal dos beneficiários

- O valor da contribuição mensal do beneficiário será de 4% calculado sobre a remuneração bruta do servidor.

2 - A cada benefici-

ário dependente incluído no Plano será cobrado acréscimo de 1%, incidente sobre a remuneração bruta do servidor.

3 - Para o efeito do cálculo da contribuição, não integram a remuneração bruta as parcelas relativas à gratificação natalícia, ao adicional de férias e àquelas de caráter indenizatório.

Obs.: o GDF arcará com contribuição mensal correspondente a, no mínimo, 1,5% calculado sobre o valor mensal total da folha de pagamento de seus servidores.

Contribuição sobre os eventos médicos

O beneficiário pagará co-participações diferenciadas pela utilização do mesmo evento nos diferentes níveis de captação da rede credenciada.

Os eventos médico-hospitalares são agrupados de acordo com as seguintes características:

1 - Grupo de eventos denominado de consulta em consultório que compreende todas as consultas das diferentes especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

2 - Grupo denominado de atendimento de urgência clínica ou cirúrgica em pronto socorro, que compreende todos os eventos ambulatoriais prestados

em pronto socorro;

3 - Grupo denominado de exames básicos de apoio diagnóstico que é composto pelos seguintes exames: **colposcopia e colpocitologia, eletrocardiograma e eletroencefalograma, exames de análise clínica, exames de anatomia patológica e citologia, exames radiológicos simples e exames contrastados de aparelho digestivo e urinário radioimunoensaio, testes alérgicos e provas imunológicas, otorrinolaringologia e oftalmologia;**

4 - Grupo denominado de exames especiais de apoio diagnóstico, que é composto pelos seguintes exames: **dopplerfluxometria, ergometria, ecocardiograma, exames de doppler, fluxometria e investigação vascular ultra-sônica, exames diagnósticos de endoscopia digestiva, respiratória e urológica, exames de ultra-sonografia, exames especiais em oftalmologia, em otorrinologia, histeroscopia diagnóstica e holter;**

5 - Grupo denominado de procedimentos terapêuticos ambulatoriais básicos, composto pelos seguintes eventos: **cirurgia de porte zero em dermatologia, inoaloterapia, procedimentos ambulatoriais em ortopedia e traumatolo-**

gia, procedimentos ambulatoriais não-cirúrgicos em oftalmologia, procedimentos ambulatoriais não-cirúrgicos em otorrinolaringologia e procedimentos ambulatoriais não-cirúrgicos em urologia;

6 - Grupo denominado de procedimentos terapêuticos ambulatoriais especiais, composto pelos seguintes eventos: **fisioterapia, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais em oftalmologia, otorrinolaringologia, urologia e procedimentos terapêuticos endoscópicos digestivos, respiratórios e urológicos.**

Urgências e emergências

A - Considera-se casos de urgência clínica ou cirúrgica aqueles casos que comprometem a saúde do beneficiário e que exigem tratamento médico imediato.

B - Considera-se casos de emergência clínica ou cirúrgica aqueles casos que comprometem a saúde do beneficiário, de forma súbita, que exigem tratamento médico imediato.

O beneficiário pagará a co-participação de acordo com cada grupo de eventos relacionados, mediante a aplicação da tabela a seguir:

Grupo de evento	Centros de Captação e de orientação	Rede tipo 1	Rede tipo 2
Grupo 1 Consultas em consultório	5,00	10,00	15,00
Grupo 2 Atendimento de urgência em pronto socorro	10,00	15,00	20,00
Grupo 3 Exames básicos de apoio diagnóstico	1,00	2,00	4,00
Grupo 4 Exames especiais de apoio diagnóstico	10,00	20,00	30,00
Grupo 5 Procedimentos terapêuticos ambulatoriais básicos	1,00	2,00	4,00
Grupo 6 Procedimentos terapêuticos ambulatoriais especiais	10,00	20,00	30,00